



BAHIA

SINDICATO REQUISITA DAS EMPRESAS OS NOMES E POSTOS DOS VIGILANTES PARA CUMPRIR LIMINAR



A direção do Sindvigilantes/Bahia recebeu na manhã desta quinta-feira (12) uma notificação da Justiça do Trabalho acerca de uma decisão pedida pelo Sindicato patronal.

A Justiça decidiu:

- 1) Convoca o Sindicato para uma audiência de Conciliação para esta sexta-feira (13), às 11h30 na sede do TRT, em Nazarê;
- 2) Determina que o Sindicato mantenha em bancos e INSS 50% dos vigilantes;
- 3) Nos demais postos, 30% dos vigilantes;
- 4) Determina ainda que ninguém seja impedido de entrar ou sair de bancos, empresas e INSS;
- 5) Fixa multa diária de 20 mil reais caso seja descumprido a decisão.

O Sindicato já recomendou o acatamento da decisão, mesmo considerando que é a justiça foi induzida ao erro pelos patrões. A lei não diz que nossa atividade é essencial. Mas os patrões alegaram mentirosamente a compensação

bancaria, considerado por lei serviço essencial. Ocorre que compensação não é mais realizada em bancos, mas sim nas empresas de Transporte de Valores ou por meio eletrônico.

Na tarde desta quinta-feira o Sindicato notificou o Sindicato patronal para que envie para o Sindicato a lista de trabalhadores e respectivos postos para que o Sindicato defina a quantidade de vigilantes por local de trabalho.

Assim, os colegas devem aguardar a orientação do Sindicato acerca da situação de cada posto.

Por outro lado: A decisão judicial fortaleceu a greve.

- Só com a greve a justiça reconheceu a importância da nossa atividade;
- Os patrões pediram a intervenção da justiça reconhecendo que a greve é forte;
- A manutenção de quantidade de 50% ou 30% não resolve a questão da segurança em bancos e locais de trabalho. Banco só pode abrir com o quadro completo de vigilantes;
- Postos com 4 vigilantes (escolas por exemplo), um vigilante pode até trabalhar e os outros 3 estão liberados para a greve.

Amanhã, sexta-feira, todos no Sindicato, às 8h e, de lá, para o TRT.

É luta por respeito e dignidade.

Fonte: Sindvigilantes Bahia

Atenção Vigilantes de Eventos! Assembleia Geral está cancelada!



O Sindicato dos Vigilantes do DF informa que, diante do decreto do governador Ibaneis Rocha que proíbe reuniões e outras aglomerações por conta da proliferação do CORONAVÍRUS, cancelamos a Assembleia Geral que estava marcada para a próxima segunda-feira, dia 16/03/2020.

Assim que tivermos uma normalidade sobre a situação, marcaremos uma nova data para a Assembleia Geral para discutir e deliberar sobre o não cumprimento da CCT por parte de algumas empresas.

FONTE: SINDESV-DF

CORONAVÍRUS: Sindicato cobra proteção individual aos vigilantes que prestam serviço na Secretaria de Saúde



O Sindicato está cobrando da Secretaria de Saúde e das empresas proteção individual (com troca diária) para os vigilantes que prestam serviço na área administrativa da Secretaria de Saúde do DF, hospitais, upas, postos de saúde e clínicas da família, como forma de proteção e prevenção ao coronavírus.

A direção do Sindicato encaminhou ofício à Secretaria de Saúde e também as quatro empresas de vigilância que prestam serviço para o órgão: Ipanema, Brasília Segurança, Visan e Aval, com o objetivo de proteger os vigilantes que acabam sendo os primeiros a terem contato com os usuários que buscam a rede pública de saúde.

Hospitais Particulares

O Sindicato está fazendo um levantamento dos hospitais privados que têm vigilantes para fazer o mesmo pedido.

FONTE: SINDESV-DF

Quinta-feira marcada por manifestação do Sindseg-GV/ES e funcionários da Monitore



Um dia de luta! É assim que se pode definir a manhã desta quinta-feira (12) do Sindseg-GV/ES quando diretores do sindicato foram para a sede da empresa Monitore, na Serra e também para Aracruz.

A empresa que tem sua sede no Rio de Janeiro entrou em recuperação judicial e desde o início desta gestão, o presidente Serafim Gerson Camilo, e seus diretores vêm alertando os contratantes da Monitore sobre os inúmeros e constantes problemas dela com seus funcionários.

Os diretores Welinton Silva, Wanderson e Sílvio estiveram presentes na manifestação ocorrida nesta manhã na sede da empresa no bairro Jardim Limoeiro, no município da Serra que contou com a participação de diversos vigilantes patrimoniais.

O clima tenso de insatisfação e insegurança era perceptível, mas o Sindseg-GV/ES não deixou de atuar pela categoria.

“Agora a situação piorou com o processo de recuperação judicial da empresa Monitore, o movimento de hoje é fruto da revolta dos

trabalhadores que não aguentam mais receber os pagamentos e benefícios em atraso. O sindicato já está tomando as medidas judiciais cabíveis”, alerta Welinton.

Enquanto o diretor Welinton Silva estava na sede da empresa Monitore, no bairro Jardim Limoeiro, na Serra, o presidente do sindicato atuava no município de Aracruz, alertando os contratantes da empresa.

“Protocolamos ofício em todas as contratantes da empresa Monitore. Aviso aos trabalhadores que iremos aguardar até segunda-feira, dia 16 de março, a regularização do ticket alimentação e Salário, se isso não acontecer vamos realizar uma assembleia com a categoria onde decidiremos os próximos passos que vamos dar”, afirma Serafim Gerson Camilo.

O Sindseg-GV/ES está na luta constante pelo bem dos vigilantes patrimoniais e não permitirá que os trabalhadores da segurança privada sejam prejudicados.

FONTE: Sindseg-GV/ES

RIO GRANDE DO SUL

“SÃO UM BANDO DE MOLEQUES”, AFIRMA DIAS, SOBRE QUEM ESPALHA MENTIRAS NO WHATSAPP



O presidente do Sindvigilantes do Sul, Loreni Dias, classificou de “moleques” quem espalha mentiras pelos grupos de Whatsapp contra ele e o sindicato.

“É sempre assim, sempre na época de dissídio eles aparecem para minar a categoria contra o sindicato, fazem isso para nos dividir”, afirmou Dias, durante uma das assembleias de terça-feira (10), em Porto Alegre.

A mentira que mais repetem é a de que já está tudo decidido, que o acordo com a patronal já foi fechado.

“Estou muito chateado, triste, com certos tipos de pessoas que vivem no Whatsapp dizendo mentiras, que não têm o mínimo de consideração pela categoria, dizendo que o sindicato já tinha fechado dissídio coletivo, uma grande mentira, são uns moleques”, disse Dias.

“Eu não decido nada, nem a direção decide nada, quem vai decidir é vocês, nas assembleias, vou rodar todo o Estado apresentando a

proposta da patronal, para que a categoria diga se aprova ou não essa proposta e nós respeitamos a vontade da categoria”, completou o presidente.

Foi lembrado que, em outra campanha salarial, alguns deles foram se reunir sozinhos com os patrões no Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp), fato considerado “GRAVÍSSIMO” pelo procurador do trabalho Noedi Rodrigues da Silva, num processo judicial que tramitou na Justiça do Trabalho.

“É uma surpresa os fofoqueiros de Whatsapp não comparecerem nas assembleias, mas a gente sabe que todo covarde age de longe, não vêm olhar cara a cara pra dizerem as mentiras deles”, acrescentou Dias.

“Na próxima assembleia, para decidir sobre a convenção coletiva, que esses covardes de Whatsapp sejam homens e compareçam”, concluiu.

FONTE: Sindvigilantes do Sul

Não cabe a empregado provar dívida trabalhista de terceirizada da Administração Pública

“Não se pode exigir do trabalhador a prova de fato negativo ou que apresente documentos aos quais não tenha acesso, em atenção ao princípio da aptidão para a prova”. Com este entendimento, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST deu provimento a recurso de trabalhadora que discutia a responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço.



A reclamante interpôs embargo ao acórdão da 5ª turma, que deu provimento ao recurso de revista do Estado do Amazonas para excluir sua responsabilidade subsidiária e determinar sua retirada do polo passivo da demanda. A 5ª turma reformou o acórdão regional por atribuir ao reclamante o ônus da prova da omissão na fiscalização pelo ente público.

A embargante sustentou haver divergência jurisprudencial específica, com paradigmas que adotam tese jurídica diversa quanto ao ônus da prova da existência da fiscalização, assim, requereu que fosse garantida a responsabilidade subsidiária do Estado.

Ao analisar o recurso, a ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, relatora, explicou que o STF, ao julgar o tema 246 da tabela de

Repercussão Geral, sobre a responsabilidade subsidiária da Administração Pública para o pagamento de créditos trabalhistas decorrentes de inadimplência da empresa prestadora de serviços contratada, não fixou o ônus da prova e, inclusive, no julgamento, foi derrotada por maioria a proposta do redator designado, ministro Fux, de aditar a tese fixada originalmente para constar que o ônus de prova acerca da culpa da Administração Pública seria do trabalhador.

A ministra asseverou ainda que, pela lei de licitações, a Fazenda Pública é responsável pela fiscalização da execução do contrato da prestadora de serviços por ela contratada e, pelas regras de distribuição do ônus probatório, a alegação de fato constitutivo, impeditivo ou

modificativo pelo ente público atrai para si o ônus da prova.

A relatora também pontou que pelo princípio da aptidão probatória, é inviável impor ao reclamante a prova de fato negativo, acerca da inexistência de culpa da entidade pública, haja vista que não tem acesso aos documentos relacionados ao contrato entre o ente público e a empresa prestadora de serviços.

Seguindo o entendimento da relatora, o colegiado, por unanimidade, conhecer dos embargos, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhes provimento para restabelecer o acórdão regional, que manteve a responsabilidade subsidiária do ente público.

Opinião

Ao comentar o assunto, o professor Fabiano Coelho, juiz titular da vara do Trabalho de Formosa/GO, explica que este é um tema que

mais tem processos hoje no TST:

“São milhares de processos e pessoas envolvidas, trabalhadores em geral de baixa renda que prestaram serviços em funções de limpeza, portaria e outras, pessoas que há anos esperam pela conclusão de seu processo. Ademais, é uma triste realidade que em muitos destes processos a empresa prestadora de serviços quebrou e a única esperança do trabalhador receber seus créditos trabalhistas é a responsabilização do ente público. Não bastasse, nas instâncias inferiores da Justiça do Trabalho, a insegurança é um tormento pois os juízes e desembargadores, mesmo que queiram atuar na linha da disciplina judiciária, do respeito às decisões do STF e do TST, ficam em dúvida de como devem proceder nestes casos.” Processo: 903-90.2017.5.11.0007

Fonte: Migalhas

Petrobrás quer demitir 30 mil funcionários nos próximos dois anos

Objetivo da gestão de Roberto Castello Branco é reduzir o quadro de funcionários de 80 mil para 50 mil trabalhadores, em um Brasil já marcado pelo desemprego recorde, com os maus resultados de Paulo Guedes



O governo de Jair Bolsonaro pretende demitir 30 mil funcionários da Petrobrás até 2022. A informação foi publicada na coluna do jornalista Lauro Jardim, neste domingo, no jornal O Globo. Ele informa que o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, considera excessivo o quadro de 80 mil funcionários e pretende chegar a 50 mil.

É uma má notícia em um Brasil já marcado por desemprego e informalidade recorde. Desde o golpe de 2016, a Petrobrás vem passando por um processo de encolhimento. A empresa vendeu ativos, cedeu blocos do pré-sal a empresas estrangeiras e o plano, no governo Bolsonaro, é privatizar refinarias.

Fonte: 247

Governo parece não ter dimensão da crise que se avizinha, diz Dieese

Ministro da Economia, Paulo Guedes, insiste em agenda de cortes, quando momento exige mais investimentos públicos para combater pandemia de coronavírus



Enquanto mercado financeiro derrete, governo Bolsonaro insiste nas “reformas”

Segundo o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, o ministro da Economia, Paulo Guedes, parece não ter a real dimensão da crise econômica internacional que se anuncia na esteira da pandemia do coronavírus. Nesta quarta-feira (11), Guedes enviou ofício ao Congresso Nacional em que pede a “aceleração da agenda de reformas” e aprovação de 19 propostas que serviriam para “blindar” o Brasil.

A contradição, segundo Fausto, é que se trata do mesmo conjunto de medidas apresentada no ano passado, durante um período de “normalidade” – as ações do governo apontam para a manutenção dos cortes de gastos, quando a prioridade deveria ser garantir o atendimento à população, o bem-estar da sociedade e a atividade econômica.

“O que o governo está encaminhando para

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

o Congresso nada mais é do que o que já tinha enviado em situação de normalidade. Entre as medidas, uma delas tem a ver com o fim da vinculação orçamentária, inclusive para a saúde. Outra tem a ver com a possibilidade de reduzir jornada e salário de servidores públicos em até 25%, inclusive servidores da área da saúde. O que coloca em dúvida até que ponto o governo tem a dimensão da crise que está por vir”, afirmou Fausto em sua coluna para o Jornal Brasil Atual desta quinta-feira (12).

Fausto cobrou “bom senso” do governo e a revisão da agenda de corte de gastos, já que o enfrentamento à crise vai exigir investimentos em saúde, além de estímulos para a economia. “Não é só o movimento epidemiológico. Junto com ele, vem toda uma crise internacional que deve levar o mundo para uma recessão e que vai, inevitavelmente, colocar o Brasil numa situação econômica difícil”.

Pânico no mercado

Os investidores do mercado financeiro voltaram a reagir com histeria à decretação, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), da pandemia de coronavírus. Nesta quarta (11), a Bolsa de São Paulo voltou a derreter, fechando em queda de 7,67%. Durante a tarde, o pregão foi suspenso novamente, quando o Ibovespa caía mais de 10%. Foi a segunda vez na semana que o circuit breaker – quando os negócios são paralisados por 30 minutos – foi acionado.

Fonte: Rede Brasil Atual

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF